

Revista Internacional de Formação de Professores (RIPF)

ISSN: 2447-8288
v. 1, n.1, 2016

RESENHA

Submetido em 03 de março de 2016

Avaliado em 05 de março de 2016

Aceito em 05 de março de 2016

Isabela Toscan Mitterer
Berkembrock

Psicóloga, Mestranda em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina, pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho, docente do curso de Psicologia da UNOESC. E-mail: isamitterer@hotmail.com

EDUCAÇÃO SUPERIOR IBEROAMERICANA: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DAS PERSPECTIVAS MERCADOLÓGICAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Nesta resenha apresenta-se um olhar preliminar da obra organizada por Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Afrânio Mendes Catani denominada “Educação superior iberoamericana: Uma análise para além das perspectivas mercadológicas da produção de conhecimento” publicada em 2015 pela editora da Clacso. Trata-se de uma coletânea de artigos de autores brasileiros e estrangeiros que dedicam-se à temática da Educação Superior e sua importância para o desenvolvimento da Educação dos países iberoamericanos, dando especial ênfase ao papel social da universidade pública e privada e da pesquisa frente às demandas do mercado globalizado e das contradições e limitações do capitalismo. A obra está organizada em três partes: a primeira, denominada “Políticas educacionais no contexto da Educação Superior” conta com quatro capítulos; a segunda, “Estudos de caso em Argentina, Chile e Brasil” conta com sete capítulos; e a terceira, denominada “Perspectivas mercadológicas na produção de conhecimento” tem três capítulos em sua estrutura.

O primeiro capítulo, “*Las políticas educativas en Latinoamérica: 1990-2012. Derroteros: avances y preocupaciones*” escrito por Cesar Gerônimo Tello, busca desenvolver reflexão acerca das principais políticas educacionais na América Latina dos últimos vinte anos, buscando desvendar seus avanços e limitações, descrevendo as características deste recorte temporal e trazendo uma discussão acerca dos conceitos de neoliberalismo e pós-neoliberalismo nos governos latino-americanos. Para o autor, esta delimitação de período histórico traz como características a pressão dos organismos internacionais, o surgimento de novos perfis de Estado, mudanças de governos com continuidades e descontinuidades nas políticas educacionais, levando-o a concluir que houveram poucas mudanças significativas nestes vinte últimos anos, apesar de se apresentar como um período com dois modelos diferenciados de gestão de políticas sociais transitando no cenário político.

No segundo capítulo, “*Docencia e Investigación en el contexto de la Universidad actual*”, Antonio Bolívar e Rosel Bolívar Ruano da Espanha trazem como aspecto principal uma discussão rica e atual sobre a identidade e as tarefas do trabalho acadêmico

na pesquisa e na docência, inicialmente por meio de uma reflexão acerca da gênese e do papel da Universidade e da docência em termos de conceitualização. Além disso, situam a docência e a investigação no espaço pedagógico de maneira a estabelecer um equilíbrio entre as relações de interesse da docência e da investigação. Para os autores, faz-se necessário situar a educação dentro do trabalho acadêmico no mesmo nível que a pesquisa, seguindo os conceitos desenvolvidos por Boyer (1990) e Shulman (2004) sobre a “*scholarship*”. Segundo eles, uma educação entendida como pesquisa recai na necessidade de se investigar a educação para atingir a requerida qualidade na docência, sendo que a educação superior deve ser desenvolvida juntamente com a pesquisa em um ambiente acadêmico.

No intuito de refletir sobre a responsabilidade social da universidade em seus propósitos históricos básicos e sobre o engajamento/alienação dos atores do ambiente acadêmico, José Camilo dos Santos Filho é o autor do terceiro capítulo denominado “Propósitos da universidade e novas formas de sua responsabilidade social”. Nele, o autor discute a essência e histórico da universidade e seu papel social, e considerando a visão dos ativistas, dos defensores da multiversidade e dos conservadores, propõe novas alternativas para a responsabilidade social da universidade, com base na concepção de *scholarship* da docência universitária.

No quarto capítulo, “Ações afirmativas e política de cotas no Brasil: posições político-sociais em debate”, os autores Sandra Veit Pillatti e Elton Luiz Nardi abordam as novas configurações das ações afirmativas e da ação do Estado neste campo, enfatizando o sentido do sistema de cotas e o valor atribuído à reserva de vagas como forma de ingresso na universidade pública. Eles abordam o processo histórico e natureza das ações afirmativas, desde o surgimento do termo a nível internacional até a configuração do sistema de cotas sociais e raciais como acesso à educação superior pública, dando ênfase à forma como o tema tem sido abordado em diferentes áreas. Tendo como foco as ações afirmativas como política pública abordado a partir de diferentes estudos, os autores evidenciam dissonâncias no seu papel como “atenuador” das desigualdades no país e discutem o termo igualdade à luz de uma perspectiva sócio jurídica.

O capítulo que abre o segmento da obra sobre os estudos de caso na Argentina, Chile e Brasil é de autoria de Carlos Francisco Mazzola, intitulado “*La Universidad de los gobiernos Kirchner*”. Mazzola analisa a universidade pública nos três últimos governos da Argentina, evidenciando a forma de condução “familiar” do tema no país.

Analisa dados estatísticos (matrículas, áreas, crescimento das ciências sociais), histórico, marcos legais, formas de financiamento e políticas, as continuidades e mudanças nas Universidades desde os anos 90. Ele conclui que, no período analisado, há um grupo que defende avanços na área, bem como um grupo que está na luta por modificações neste sistema.

A respeito da Educação Superior no Chile, Maria Verónica Leiva Guerrero e Maria Leonor Conejeros Solar desenvolveram o capítulo intitulado “*El cambio en los sistemas de financiamiento de la educación superior chilena: ¿lucro o calidad?*”. As autoras analisam as políticas de financiamento da educação superior no Chile sob a ótica chilena de valorização da educação superior da universidade, a partir de uma perspectiva histórica. Destaca as alterações ocorridas na ação do Estado entre o período da ditadura e retorno da democracia. Neste período, criaram-se novas diretrizes para regular a participação das instituições privadas. Apresentam dados estatísticos sobre o crescimento de universidades públicas e privadas e os marcos legais do processo. Concluem que houve muitas mudanças, principalmente o aumento da demanda, o fortalecimento das universidades privadas com o incremento do financiamento público, prejudicando a lógica da equidade.

No capítulo denominado “Políticas de educação superior no Brasil: um estudo da relação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com o setor produtivo (1980-1992)”, Maria de Lourdes Pinto de Almeida analisa historicamente a trajetória da Unicamp desde 1980 até a gestão de Carlos Vogt a partir de uma perspectiva sócio política. Para a autora, integração entre a universidade pública e as empresas privadas foram marcadas pelas instabilidades econômicas e políticas do país, tendo influências financeiras na realização de pesquisas acadêmicas e do ensino, com demandas providas das empresas, evidenciando o fundo lucrativo do ensino e da pesquisa públicos, além de influenciar nos rumos administrativos destas instituições públicas. Para compreender esta inclinação da instituição pública para recorrer ao recurso privado, é necessário compreender a transformação do papel do conhecimento, do intelectual e do Estado, bem como as tendências hegemônicas vigentes, sem esquecer das consequências dos “incentivos” públicos para a privatização da pesquisa.

Mirian Lúcia Gonçalves e Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira são as autoras do capítulo “Educação geral na formação de médicos e pedagogos: contribuições para a profissionalidade”. As autoras tem como objetivo analisar quais as contribuições da formação universitária para uma atuação como “profissional-cidadão” (PEREIRA, 2007)

para egressos dos cursos de Pedagogia e de Medicina da Universidade Estadual de Campinas. Elas buscam identificar aspectos de Educação Geral ao longo da formação, já que a Unicamp tem proporcionado uma flexibilização nos currículos e vivências universitárias diferenciadas. Parte-se do pressuposto da importância de uma formação universitária que ultrapasse os limites da formação técnica e profissional, e que busque a formação do cidadão crítico e ético, de pensamento reflexivo, habilitado para uma atuação com responsabilidade social (GOERGEN, 2010). Como resultados, Gonçalves e Pereira identificaram que mais de 90% desses egressos encontram-se atuando na sua área de formação e têm auto percepção de que atuam como profissionais-cidadãos. Segundo as autoras, 70% dos egressos avalia ainda que esta atuação está relacionada à formação dada na universidade que possui elementos de Educação Geral que possibilitaram uma formação de profissionais-cidadãos.

No capítulo denominado “Movimentos sociais e universidade popular no Brasil”, Joviles Vitorio Trevisol apresenta resultados parciais de um projeto de pesquisa desenvolvido entre 2011 e 2013 que teve versou sobre a participação de atores da sociedade civil no processo de criação e implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Os objetivos foram situar os principais atores sociais e políticos que se envolveram no processo; compreender o papel que os movimentos sociais exerceram, e identificar as principais estratégias de ação mobilizadas. Por meio de pesquisa documental e entrevistas com as principais lideranças do Movimento Pró-Universidade dos estados do RS, SC e PR, o autor procura registrar o processo de criação e desenvolvimento da Universidade além de refletir criticamente sobre os seus processos e contradições. Ressaltou também que este processo é fruto de uma exitosa experiência política de organização e mobilização dos movimentos sociais no Brasil e América Latina, o que questiona a tradição elitista de Educação Superior.

A fim de analisar a implantação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) no Estado de Mato Grosso do Sul, Margarita Victoria Rodríguez e Silvia Helena Andrade de Brito apresentam uma contextualização histórica sobre as políticas de formação de professores e do cenário político e econômico que antecede ao PARFOR, indicando também a legislação nacional e estadual que regulamenta o Plano e sistematizando os dados estatísticos sobre a formação inicial de professores no estado. Como resultados, as autoras apontam a dissonância entre teoria e prática na implementação do PARFOR, considerando que a oferta de cursos não atendeu à demanda real. O PARFOR foi instituído no estado, porém, sem atender à demanda

existente, apesar da aceitação dos professores e da disposição das instituições em ofertar os cursos de licenciatura.

No último capítulo da parte sobre os estudos de caso, Luiz Carlos Lückmann apresenta “O modelo comunitário de Educação Superior”, que vem sendo instituído no sul do Brasil, especialmente em Santa Catarina (ACAFE) e no Rio Grande do Sul (COMUNG), dando especial ênfase nas bases jurídico-legais que caracterizam este modelo e do papel político-social que exerce no contexto da educação brasileira. Ele aborda o tema a partir de uma perspectiva histórica desta modalidade de instituição e de dados estatísticos. Para o autor, as Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) constituem modelo de educação superior diferenciado dos demais modelos contemplados pela legislação brasileira – nem público, nem privado –, considerando-o como exitoso e único, tendo sucesso como meio de interiorização e democratização do acesso à educação superior.

Dando início à terceira parte do livro, “Perspectivas mercadológicas na produção de conhecimento”, Regina Maria Michelotto, Catarina Almeida Santos e Afrânio Mendes Catani discutem “A produção do conhecimento na expansão da educação superior no Brasil” com o objetivo de realizar levantamento bibliográfico sobre a Educação Superior, desde 1996, até 2011, tendo como base a revista Educação e Sociedade, publicada pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade – (CEDES), periódico no qual há um número maior de artigos acerca do tema, em um total de vinte e nove (29). Os autores verificaram que os artigos publicados por este periódico vão ao encontro das questões fundamentais da educação superior brasileira e das políticas de educação superior, analisando-as criticamente, conclamando a fuga de tendências hegemônicas nas discussões científicas.

Mariluce Bittar e Wercy Rodrigues Costa Júnior analisam a política de avaliação da pós-graduação no Brasil, partindo do pressuposto do produtivismo e do quantitativismo da produção científica dos docentes no capítulo denominado “Política de avaliação da pós-graduação em educação – a criação e implementação do modelo baseado na produtividade e na quantidade da produção”. Os autores perpassam questões históricas, os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG), e a conceitualização que os acompanham. Concluem que existem interesses por detrás destas características mais objetivas dos critérios de avaliação e que o verdadeiramente importante na avaliação, que é a qualidade, é um critério que não pode ser facilmente aferido.

No capítulo intitulado “O papel da CAPES e do CNPq após a reforma do Estado brasileiro: Indução de pesquisa e da produção de conhecimento”, João dos Reis Silva Jr., Fabíola Bouth Grello Kato e Luciana Rodrigues Ferreira buscam compreender o papel da CAPES e do CNPq, diante do reposicionamento da universidade pública, que assumiu novos papéis sociais e econômicos, com especial ênfase na pós-graduação e na mercantilização do conhecimento. Fazendo uma contextualização histórica e conceitual, os autores evidenciam que a gênese de uma política nacional de C&T no Brasil confunde-se com a criação de duas das maiores agências de fomento à pesquisa do país: CAPES e CNPq. Analisam o trabalho docente na pós-graduação frente ao mais recente PNPG e questionam a suposta autonomia universitária frente aos requisitos mercadológicos que as duas instituições reguladoras interpõem ao ensino e à pesquisa, tornando a ciência, o ensino e a pesquisa predominantemente tecnicistas, acelerados e precarizados.

No último capítulo, Antônio Francisco Cachapuz escreve sobre “A universidade na encruzilhada de paradigmas”, fazendo uma análise dos últimos 25 anos de políticas de educação superior e de universidade. Ele divide o capítulo em quatro partes, sendo a primeira a relação entre o Estado e a Universidade (em particular a pública) na sua presente orientação neoliberal, a segunda é uma análise de algumas implicações das mudanças por essa via ocorridas a nível da governança e autonomia institucional das universidades (públicas). Na terceira parte, analisa as tendências da pesquisa e por último, aborda a integração dos sistemas de formação e de pesquisa, a nível de espaço europeu de ensino superior, e alguns dos seus efeitos. O autor conclui que os sistemas de educação superior em curso não são modelos fechados e define três princípios estruturantes: o financiamento público deve ser transparente e não deve ser diminuído; é necessário estimular a autonomia institucional; e é necessário assegurar uma maior democraticidade nos processos de decisão.

Perpassando por todos estes capítulos, a obra torna-se global e repleta de pontos de vista diferenciados e capacitados para uma análise crítica do universo da Educação Superior em toda sua complexidade. O mercado como regulador da relação entre ciência, universidade, pesquisa e docência traz em si um abismo de contradições e limitações para o desenvolvimento social ibero-americano. As influências externas na educação dos países de orientação neoliberal e a globalização dos padrões adotados como ideais tem transformado a Educação Superior em uma ferramenta do mercado, orientada ao lucro de grandes empresas, tendo o Estado como expectador e as políticas educacionais como meios de compensação das diferenças sociais e econômicas, sendo insuficientes para dar

conta da desigualdade gerada pelo capitalismo. Faz-se necessário mais reflexões e resultados como os gerados pelos capítulos desta obra para que a disseminação do conhecimento chegue aos intelectuais orgânicos e aos agentes políticos que possam utilizá-los a fim de melhorar o acesso à Educação Superior crítica, reflexiva, justa e igualitária.